



MINISTÉRIO DA SAÚDE NEGA PARTICIPAÇÃO EM DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO

Igo Estrela/PMDB

Em audiência pública, no dia 5 de maio, representantes do Ministério da Saúde e de oito hospitais federais do estado do Rio de Janeiro negaram envolvimento em suposto esquema de desvio de dinheiro público na compra de equipamentos cirúrgicos. A audiência girou em torno de denúncia feita pelo jornal O Globo, em abril, de que a empresa Extencion Comercial Ltda. não entregava materiais que teriam sido vendidos para hospitais do Rio de Janeiro. Segundo a denúncia, as fraudes consistiam principalmente na simulação de venda de espirais de platina, ou micro-molas, usadas em casos de aneurisma cerebral.

O coordenador do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, Oscar Berro, descartou qualquer possibilidade de fraude na rede hospitalar federal. De acordo com ele, cada conjunto de micro-molas utilizado é identificado por duas etiquetas: uma vai para o prontuário e a outra é guardada. Além disso, vários profissionais assinam as guias sobre o uso do material após a cirurgia. Segundo o coordenador, as compras são feitas por meio de pregão eletrônico, o que também dificultaria fraudes. Ainda segundo ele, o Hospital da Lagoa fez aplicações de molas em 12 pacientes e outros dois procedimentos cirúrgicos para colocação do material foram feitos no Hospital do Andaraí.

O diretor do Hospital de Ipanema, Geraldo di Biasi Filho, e o diretor administrativo do Hospital de Lagoa, Rogério



administração do Instituto Nacional do Câncer, André Tadeu, disse que o órgão comprou apenas próteses de esôfago de 2004 a 2006 no valor total de R\$140 mil. "No momento não temos contrato com a empresa", afirmou Tadeu.

Sandra da Silva, diretora do Hospital Geral de Bonsucesso, afirmou que a instituição adquiriu produtos da empresa, mas negou que tenha havido fraude. Segundo ela, 29 pacientes receberam equipamentos para neurocirurgias. "Tudo é verificado. Se foi pago é porque o paci-

presa. Diretores do Hospital de Ipanema, do Andaraí, Jacarepaguá e Lagoa negaram que houve desvio durante compra de equipamentos. A audiência foi pedida pelos deputados Leandro Sampaio (PPS-RJ) e Alexandre Santos (PMDB-RJ). Alexandre Santos foi designado relator de uma Proposta de Fiscalização e Controle para que, através do TCU, se investigue as compras feitas pelos Hospitais Federais do Rio de Janeiro a partir de 2007. A PFC é de autoria do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ).

CFFC DISCUTE ATRASOS NAS OBRAS PARA A COPA DO MUNDO

A Comissão promoveu audiência pública, no dia 15 de abril, para esclarecer os atrasos nas obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014. Organizada pela subcomissão criada para acompanhar e fiscalizar o assunto, a audiência enfocou os estados do Amazonas e Mato Grosso. Além do atraso nas obras dos estádios, as maiores preocupações do presidente da subcomissão, deputado Silvio Torres (PMDB-SP), são com as melhorias nos sistemas de mobilidade urbana e ampliação de aeroportos e portos.

O atraso na construção do estádio Verdão, em Cuiabá, foi um dos assuntos. Orçado em R\$342 milhões, o estádio deve estar pronto em 30 de dezembro, segundo Adilton Sachetti, diretor-presidente da AGE COP (Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal). A

causa do atraso no início das obras, segundo ele, foi a demora na emissão de licença ambiental. O governo de Mato Grosso colocou no orçamento a previsão de R\$250 milhões por ano para serem aplicados nos projetos ligados à Copa. "Em quatro anos serão R\$ 1 bilhão", concluiu Sachetti citando os principais compromissos a serem realizados até o evento. A maior preocupação, segundo ele, é com a ampliação do aeroporto de Cuiabá. "Ele recebia 400 mil passageiros por ano e hoje já recebe um milhão e 700 mil. Em quatro anos serão de dois a três milhões de passageiros por ano", informou. Sachetti ressaltou que o orçamento do estádio não inclui equipamentos como placar eletrônico, cadeiras e iluminação. Além disso, Mato Grosso também precisa construir dois centros de treinamento e melhorar o transporte urbano.

A construção da Arena Verde, estádio que vai sediar os jogos no estado do Amazonas, deve custar R\$500 milhões. De acordo com o secretário-executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas, Rodrigo Camelo, o custo total das obras de infraestrutura em Manaus está estimado em R\$ 2,3 bilhões.

Segundo Camelo, o estado do Amazonas está executando um projeto de mobilidade urbana, com investimentos de R\$ 800 milhões, que inclui a implantação de um monorail, um sistema de transporte coletivo com capacidade para atender até 20 mil pessoas por hora. Segundo ele, o sistema deve reduzir o tempo de deslocamento dos passageiros em até 1 hora. A audiência foi requerida por Silvio Torres e pelo então deputado Paulo Rattes (PMDB-RJ).

MÁRCIO FORTES NEGA ATRASO EM OBRAS DE MOBILIDADE URBANA

Rosa School

Em audiência pública no dia 29 de abril, o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, garantiu que não há atraso nas obras ligadas à mobilidade urbana para a Copa do Mundo de 2014, e foi mais adiante, dizendo que tudo estará pronto em 2013. Orçadas em cerca de R\$11,4 bilhões, essas obras vão receber financiamento de R\$7,6 bilhões do Ministério das Cidades. O recurso, de acordo com Márcio Fortes, virá do Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS). A única exceção é para o Rio de Janeiro, que terá verba do BNDES.

O ministro salientou que o valor financiado não será alterado caso o preço das obras sofra acréscimo. Segundo ele, o setor privado, responsável pela execução das obras, irá arcar com a despesa extra. Fortes garantiu ainda que o andamento das obras não será afetado com a troca de governos em 2011. "Os projetos foram objeto de assinatura de termo de compromisso institucional. Não é pessoa física, é institucional. O compromisso é institucional. A responsabilidade é entre o governo federal, estaduais e pre-



feituas", afirmou.

Márcio Fortes afirmou que os investimentos em mobilidade urbana vão priorizar o transporte público, podendo ser utilizado pela população após os jogos mundiais.

O Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 deu prazo até 3 de maio

para que começassem as obras nos estádios que serão usados no evento. No entanto, nesse dia apenas seis das 12 cidades-sedes estariam com os trabalhos em andamento. A audiência foi promovida em conjunto pelas comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Turismo e Desporto.

CURITIBA PODE NÃO SEDIAR OS JOGOS DE 2014

O secretário de Governo do estado do Paraná, Alcidino Bittencourt, assumiu, em audiência pública, que corre o risco de Curitiba não sediar a Copa do Mundo de 2014. A audiência, pedida pelos deputados Silvio Torres e Paulo Rattes, aconteceu no dia 20 de maio e deixou os membros da subcomissão que acompanha os preparativos da Copa ainda mais preocupados. Apesar de ser considerado o estádio em melhor situação para o evento, faltam R\$60 milhões para finalizar a ampliação da Arena da Baixada. O estádio pertence ao Atlético Paranaense, que vai investir R\$ 30 milhões em melhorias, de um total de R\$ 90 milhões que precisariam ser aplicados nas obras. Bittencourt adiantou que não há possibilidade de o governo ajudar e, segundo ele, o Atlético não poderá aplicar mais recursos. "Por causa desse impasse, há risco do Paraná não sediar a Copa", afirmou o secretário. O deputado Silvio Torres, presidente da subcomissão da Copa 2014, está preocupado com o atraso nos preparativos do Mundial.

- A intenção do nosso levantamento, e estamos com um bom embasamento para preparar um relatório, é dar subsí-

dios aos vários setores ligados ao assunto para evitarmos os erros que foram cometidos no PAN. Nós temos constatado que há muitos atrasos e os órgãos competentes devem ficar atentos, afirmou o deputado.

Segundo Bittencourt, o clube busca ajuda junto à iniciativa privada, já que o estado não tem como usar recursos públicos em estádio particular e o Atlético já adiantou que não tem a verba para finalizar as obras. Ele alertou ainda que o prazo para assinatura de contratos termina em 2 de julho. O total de investimentos para a Copa no estado está estimado em R\$400 milhões. O governo do Paraná vai investir R\$229 milhões em obras de mobilidade fora de Curitiba. Segundo Bittencourt, o governo municipal vai investir o restante nas obras da capital. Os projetos prioritários são a construção de um corredor metropolitano e vias de integração da região metropolitana para aumentar a fluidez do trânsito, além da ampliação do aeroporto e da rodoviária.

Também presente na audiência, o secretário da Casa Civil de Pernambuco, Ricardo Leitão, informou que o maior pro-

blema verificado pela Fifa no estado foi o déficit de leitos na rede hoteleira. "O último hotel foi construído há 10 anos", afirmou. A solução pode estar, segundo ele, no uso de transtênticos como alternativa de hospedagem e por isso um dos projetos é a ampliação do terminal de passageiros do Porto de Recife. Outro problema é a violência. Em 2009, foram registrados 3,5 mil homicídios, 90% deles relacionados ao tráfico de drogas. Para solucionar o problema, o governo do estado estabeleceu uma meta de redução de 12% ao ano na criminalidade.

O aeroporto de Recife foi o ponto que recebeu melhor pontuação na avaliação da Fifa. Apesar disso e de ter apenas cinco anos, o aeroporto terá a capacidade ampliada de 5 milhões de passageiros para sete milhões por ano. Para sediar os jogos, será construída uma nova arena, com 45 mil assentos, no valor de R\$464 milhões, em terreno cedido pelo estado. "A licitação deu direito ao consórcio de construir e operar o empreendimento por 30 anos", adiantou Ricardo que acredita que o estádio esteja pronto em 2012, antes do prazo estipulado pela Fifa.

MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Nelson Bornier (PMDB/RJ); **1º Vice-Presidente:** Devanir Ribeiro (PT/SP); **2º Vice-Presidente:** Cleber Verde (PRB/MA); **3º Vice-Presidente:** Deley (PSC/RJ). **Titulares:** Aníbal Gomes PMDB/CE, Carlos Willian PTC/MG, Davi Alves Silva Júnior PR/MA, Deley PSC/RJ, Devanir Ribeiro PT/SP, Fernando Gonçalves PTB/RJ, José Mentor PT/SP, Luiz Sérgio PT/RJ, Nelson Bornier PMDB/RJ, Wellington Roberto PR/PB, Ilderlei Cordeiro PPS/AC, Leandro Sampaio PPS/RJ, Paulo Bornhausen DEM/SC, Rodrigo Maia DEM/RJ, Silvio Torres PSDB/SP, Ademir Camilo PDT/MG, Cleber Verde PRB/MA. **Suplentes:** Alexandre Santos PMDB/RJ, Augusto Farias PTB/AL, Celso Russomanno PP/SP, Dr. Paulo César PR/RJ, Eduardo Cunha PMDB/RJ, Eunício Oliveira PMDB/CE, Jilmar Tatto PT/SP, José Guimarães PT/CE, Luiz Bittencourt PMDB/GO, Paulo Rocha PT/PA, Rebecca Garcia PP/AM, Carlos Brandão PSDB/MA, Edson Aparecido PSDB/SP, Manoel Salviano PSDB/CE, Moreira Mendes PPS/RO, Onyx Lorenzoni DEM/RS, Vanderlei Macris PSDB/SP, Julião Amin PDT/MA, Felipe Bornier PHS/RJ. **Secretário:** Marcos Figueira de Almeida

ATRASO NOS INVESTIMENTOS PODE ENCARECER OBRAS PARA A COPA

Os atrasos nas obras para a Copa do Mundo de 2014 foram tema de audiência pública no dia 28 de abril na CFFC. O presidente da subcomissão que fiscaliza a organização da Copa de 2014, deputado Silvio Torres (PSDB-SP), disse que os investimentos do governo federal estão atrasados e que o atraso pode encarecer as obras.

"Desde que ficou definido que o Brasil será a sede da Copa de 2014, pouquíssimas iniciativas ocorreram, muito menos obras. Alguns municípios e estados estão sem capacidade de endividamento e seus investimentos podem acabar sendo assumidos pelo governo federal. Se isso acontecer, os gastos vão ficar muito maiores", disse ele.

O gerente do Projeto Copa 2014 do governo de Minas Gerais, André Barrence, disse que serão investidos no estado cerca de R\$ 2,5 bilhões por conta do evento, verba do governo do estado, prefeitura de Belo Horizonte e ini-

ciativa privada. Somente as obras ligadas à mobilidade urbana custarão à prefeitura de Belo Horizonte cerca de R\$ 1,5 bilhões. Segundo ele, a parceria entre estado e prefeitura está bem definida. Isto porque o governo do estado ficará responsável pela infraestrutura esportiva, que inclui dois estádios e o novo Mineirão, e a prefeitura de Belo Horizonte irá realizar as obras de mobilidade urbana dentro da cidade. O novo estádio será feito em parceria com a iniciativa privada e com empréstimo do BNDES. A obra terá que atender exigência da Fifa de ter 69 mil lugares. Segundo André Barrence, a principal obra pedida pelo governo estadual ao Executivo federal foi a melhoria nas rodovias que dão acesso a Belo Horizonte.

"Existe uma demanda histórica da Prefeitura de Belo Horizonte pela construção do metrô, mas essa obra foi descartada porque não há tempo hábil para um projeto dessa magnitude até a Copa",

disse Berrence.

Na audiência pública foi ouvido também o chefe de gabinete da Secretaria Extraordinária do Comitê Gestor Estadual da Copa do Mundo no estado da Bahia, Everaldo Augusto. Segundo ele, a nova arena da Fonte Nova, desativada há três anos, irá custar R\$500 milhões. As obras para a construção de um novo estádio no lugar do antigo devem terminar em dezembro de 2012, com verba do BNDES. O mesmo valor, de acordo com Everaldo, será investido em um corredor estruturante e as melhorias em portos e aeroportos ficarão por conta do governo federal.

O estado, segundo ele, terá uma estrutura institucional para atender a Copa que abrange a Secopa, -uma espécie de secretaria-, um Comitê Gestor da Copa e um comitê unificado entre estado e prefeitura. "Nós estamos elaborando o Plano Diretor da Copa", informou. A audiência foi pedida pelos deputados Silvio Torres e Paulo Rattes (PMDB-RJ).

INFRAERO É PREOCUPAÇÃO PARA MUNDIAL DE FUTEBOL NO BRASIL

Na quarta audiência pública, em 6 de maio, sobre os preparativos para a Copa de 2014, o deputado Sílvio Torres (PSDB-SP) se mostrou preocupado com a possibilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) não finalizar as obras previstas para atender o Mundial. O deputado lembrou que o atraso nas obras de ampliação de aeroportos das cidades-sedes tem sido assunto da imprensa nacional por ser uma preocupação também da Fifa.

"Boa parte das obras nos aeroportos fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e estão atrasadas. Como podemos ficar tranquilos e esperar que elas fiquem prontas a tempo?", questionou Torres.

O superintendente de Estudos e Projetos da Infraero, Jonas Maurício Lopes, afirmou que existe um planejamento de obras até 2016 prevendo aumento no número de passageiros nos aeroportos de cerca de 10% ao ano. "A empresa não está focada apenas na Copa", afirmou. Segundo ele, de 2011 a 2014 serão investidos R\$ 5,4 bilhões nos 14 aeroportos das 12 cidades-sede da Copa. Desse valor, 61% virá de recursos próprios e 39% da União.

Aumentar a capacidade nos terminais de passageiros e promover melhorias nos pátios e pistas são algumas prioridades da Infraero. Segundo Jonas, os 16 aeroportos envolvidos na Copa estarão prontos em 2013. "Estarão adequadamente preparados para receber a de-

manda de passageiros de junho de 2014", garantiu, acrescentando que já estão em andamento as melhorias nos aeroportos de Brasília, Manaus, Fortaleza e Belo Horizonte, além de Guarulhos. "Existem atrasos, mas está tudo dentro da faixa de segurança e dará para terminar a tempo", afirmou Jonas. Alguns aeroportos receberão instalações temporárias, como usadas na Alemanha e na África do Sul, que podem ser desmontadas e realocadas em outros locais conforme a demanda. Goiânia, Vitória e Brasília devem receber esses módulos operacionais. Perguntado pelo deputado Silvio Torres sobre quem está monitorando as ações da Infraero, Jonas respondeu que são a Casa Civil e o Tribunal de Contas da União. "E a aproximação com o TCU tem nos fornecido boas soluções", concluiu. Os 16 aeroportos respondem por 83% do tráfego aéreo do país e deverão receber para o evento cerca de 500 mil passageiros vindos do exterior.

Segurança pública

O tema também foi tratado na audiência pública com o coordenador do Grupo de Trabalho da Copa da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Henrique José Borre. Ele adiantou que 6.000 homens da Força Nacional serão treinados para serem usados na segurança do evento e ficarem à disposição das cidades-sedes, caso haja necessidade. O esquema de segurança vai enfocar prin-

cipalmente os aeroportos e controle da imigração; os atletas, presidentes de Confederações e integrantes da Fifa; e os 80 hotéis usados pela Fifa e os locais de treinos.

Preocupado sobre uma solução para que a sensação de segurança permaneça na população após o evento, o deputado Felipe Bornier (PHS-RJ) questionou o que o governo fará para manter a estrutura prevista para a Copa. "Eu que sou do Rio de Janeiro e estou muito preocupado com o legado. Ficou muito pouco de segurança pública dos Jogos Panamericanos. Durante o PAN a segurança foi muito grande, mas depois a população sentiu um vazio", afirmou o parlamentar.

Segundo Henrique José Borre, o fato é uma preocupação nas discussões sobre segurança pública. "Temos a necessidade de identificar produtos e equipamentos com condições de continuar prestando serviços de excelência", afirmou. Henrique destacou as principais ações a serem desenvolvidas no setor. "Junto à Fifa, temos cumprido o cronograma proposto. Prover em nível de excelência a segurança para os Jogos, promover um ambiente próprio e fortalecer os órgãos de segurança pública e de inteligência", concluiu. O coordenador ainda destacou o desenvolvimento de programas especiais na área de prevenção como o policiamento de proximidades, campanhas de desarmamento, combate à exploração sexual e ao tráfico de pessoas.



Eleito presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em 3 de março deste ano, o deputado Nelson Bornier (PMDB-RJ) fala sobre o andamento da comissão que visa, principalmente, o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, além de sociedades e fundações mantidas pelo Poder Público Federal.

Rosa School

Como o senhor se sente sendo eleito presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle?

Eu me sinto lisongeado. A Comissão é da mais alta importância para o Brasil, já que ela se preocupa única e exclusivamente da questão dos recursos federais, e aqui, na comissão, pode ser dirimida toda e qualquer dúvida no que diz respeito a investimentos e aplicação dos recursos do governo federal, quer através dos ministérios, das estatais, quer através de empresas e fundações. Enfim, tudo o que se refere a um organismo da máquina federal. Havendo qualquer tipo de dúvida, ela será dirimida por essa comissão.

Podemos considerar que as subcomissões da Copa e Olimpíadas e a do PAC têm tido maior importância dentro da comissão?

Temos três subcomissões muito importantes que são as da Copa do Mundo, do PAC e da Defesa Civil. Essas são da mais alta importância. A da Copa tem atuado constantemente. Temos feito audiências quase que semanais. Estamos dando, realmente, satisfação da preocupação que temos com relação à organização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. A subcomissão está muito atuante na pessoa do presidente Silvio Torres (PSDB-SP) e da deputada Rebecca Garcia (PP-AM). O presidente, o relator e os membros têm trabalhado e dado muita atenção a essa questão. Temos feito audiências públicas e visitas. Essa subcomissão dá uma grande contribuição ao governo federal na questão de poder orientar não só o Ministério do Esporte e o Ministério das Cidades, mas o governo como um todo. Mostrar aonde ele tem que atuar, onde ele está atrasado, onde ele deva acelerar mais, o que está dentro dos prazos... Essa subcomissão está a pleno vapor. Com relação à subcomissão do PAC, começamos com visitas às obras em andamento em diversos estados. Temos tido também o acompanhamento do Tribunal de Contas da União. E a terceira, da Defesa Civil, foi criada recentemente e vai entrar agora em funcionamento. Ela diz respeito, principalmente, às en-



chentes que têm ocorrido em diversas partes do Brasil e vai ter um papel preponderante para orientar o próprio governo como agir. Estamos fazendo o estudo de um Fundo Nacional para que, quando houver este tipo de problema, possamos ter um instrumento mais rápido para socorrer os municípios e estados.

O senhor é um deputado do Rio de Janeiro, estado que sofreu recentemente com esse problema e deixou um saldo de mais de 100 mortos. Como avalia esta situação?

Essa subcomissão vai poder dar um norte à comissão, de poder orientar o governo de como agir. A enchente é um negócio complicado porque você depende de decretos municipais que possam dar a efetivação do que aconteceu, ou você depende de decreto estadual. Depois, o governo federal fica limitado em função do seu orçamento no que diz respeito à liberação de recursos, ou seja, tem que fazer remanejamento de verba para que possa haver a liberação. Essa comissão está preocupada com a agilidade na solução do problema, com a criação de um Fundo Nacional. Por isso, vamos tentar a criação de um fundo, para que quando houver esse tipo de calamidade, não seja necessária muita burocracia. O fundo nacional pode dar mais rapidez para que o governo possa atuar numa situação de emergência. É por isso

que nós estamos apostando nessa subcomissão que vai poder orientar o governo.

Como estão os trabalhos da CFFC?

A comissão vai muito bem. Nós aprovamos ao longo de 45 dias, pelo menos umas 15 audiências públicas. Em seis reuniões, nós tivemos 15 audiências já votadas e aprovadas e, mais do que isso, temos mais da metade já realizadas. Isto mostra que o funcionamento da comissão é pleno. Nós temos cerca de 25 requerimentos de informação também votados na comissão e uma pauta limpa, sem nenhuma pendência, sem nenhum requerimento, sem nenhuma denúncia, sem nenhum pedido de audiência que esteja pendente de qualquer tipo de votação. Eu vou limpar a mesa quando sair daqui.

Por ser ano eleitoral, isso muda de alguma forma a rotina da comissão?

A comissão pára agora em junho, há as convenções municipais e vem o processo eleitoral. Consequentemente, ela terá um prazo de funcionamento, como todas as comissões da Casa, de mais 30 dias.

Como o senhor vê a contribuição do Tribunal de Contas da União?

O TCU tem auxiliado muito a comissão, dando informações em prazo recorde. Visitamos o TCU, fomos recebidos pelo presidente, ministro Ubiratan Aguiar, e conversamos com os ministros da Casa para que a coisa possa fluir com rapidez. Foi muito bom. Qualquer tipo de informação que necessitamos, a participação do TCU é constante, sempre dando as informações que qualquer membro da comissão necessite e que a própria comissão como um todo solicite. Nas audiências públicas, eles não deixam de estar presentes. Se os convidamos, de imediato já tem um representante de cada setor, de cada área específica nos dando retorno. Está muito bom esse relacionamento, e consequentemente flui melhor o trabalho da comissão. Espero que a comissão venha a dar uma grande contribuição, como os presidentes que passaram por aqui. Espero que eu possa fazer, no mínimo, o mesmo que foi feito pelos presidentes anteriores.

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável: Rosa School (MTB 19.364/94.) **Reportagens::** Rosa School **Diagramação:** Cristiane Zotich

Impressão: Deapa-Cgraf. **Tiragem:** 1.000 exemplares

Fale conosco: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala A, Sala 163-A
CEP: 70.160-900 Telefone.: (61) 3216-6672 / e-mail: cffc.decom@camara.gov.br